

Perspectivas para o desenvolvimento, crescimento e igualdade racial no Brasil

Este documento, subscrito por diversos militantes do Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional, apresenta a **candidatura de Matilde Ribeiro para a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/PT**.

Esse processo de eleição do Setorial de Combate ao Racismo acontece em 2012 quando o PT completa 32 anos, com muitas lutas e conquistas. Como definição do 4º Congresso Extraordinário, realizado em setembro de 2011, reafirma-se *“a defesa de outro modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, regionalmente integrado, tecnologicamente avançado e ambientalmente sustentado”*.

Ao longo de sua existência o PT vem atuando em prol de garantir profundas transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade brasileira em contraposição à intervenção das elites que sempre dominaram o Brasil. Nesse sentido, verifica-se como atual o trecho do manifesto de 1980 (aprovado pelo Movimento Pró-PT) – *“O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, se constrói pelas suas mãos ou não virá”*.

Neste cenário é importante ressaltar que o Brasil é o país de maior população negra fora da África, segundo o IBGE (2010), os negros (pretos e pardos) representam 50,7% da população brasileira, e, estão extremamente subrepresentados no Legislativo brasileiro. Mesmo sendo maioria da população, os negros continuam excluídos do exercício da cidadania, os indicadores socioeconômicos demonstram as barreiras para o acesso a bens e serviços públicos e privados, tornando-os os mais pobres entre os pobres.

Para garantir uma verdadeira democracia racial e reverter essa situação de descaso imposta aos negros desde a escravidão, a questão racial e étnica deve constar de maneira continuada na agenda estratégica do PT, como impulso para sua visibilidade na vida política nacional. Por isso reafirmamos a importância de vincular sempre à valorização das conquistas das/os trabalhadoras/es a luta por liberdade, direitos e oportunidades travada por mulheres e homens negros, sem isso a história nacional e internacional seguirá sempre distorcida e incompleta. Nesse caminho ressaltam-se importantes momentos, como: a existência do Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares, (referência histórica da luta popular pela sobrevivência, liberdade e combate ao racismo); a Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania (1995 e 2005); e, em âmbito internacional a luta contra a Apartheid e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (realizada na África do Sul, em 2001).

Partido, governo e políticas públicas

As vitórias eleitorais do Presidente Luiz Inácio LULA da Silva, em 2002 e 2006, lideradas pelo PT, consolidam-se como conquistas construídas pelas mãos dos trabalhadores em aliança com amplos setores da sociedade. Isso trouxe grande inconformismo para a oposição, interrompendo seus projetos tradicionalmente impostos por meio de estratégias antidemocráticas das elites locais e nacionais.

[2012]

Contrariando o conservadorismo, o Governo Lula firmou uma nova prática para a vida política nacional, a partir da relação federativa entre a União, os Estados e os Municípios e uma multiplicidade de setores políticos, em especial os movimentos sociais – com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico visando distribuição de renda e inclusão social (como por exemplo, educação, saúde, moradia, combate a fome, agricultura familiar, acesso a terra), e, também com ampliação da participação popular. Ressaltando-se as ações visando à promoção de direitos e ações afirmativas combinadas com as políticas tradicionais, foram criadas Secretarias com status de Ministério nas áreas de Igualdade Racial (SEPPIR), Direitos das Mulheres (SPM) e Direitos Humanos (SEDH).

Foi provocado o crescimento com a redução das desigualdades sociais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,5% ao ano entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2006 e 2010; e alcançou 7,5% em 2010. Ao longo destes oito anos, mais de 30 milhões de pessoas deixaram a pobreza e ascenderam socialmente.

Com isso foi resgatado o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, como protagonista no cumprimento da agenda democrática em nível doméstico e internacional. Tem sido garantida uma política externa soberana, mantendo relação com os países ricos e ao mesmo tempo priorizando ações voltadas às regiões mais pobres como América Latina e Caribe e o Continente Africano.

Todo esse processo se deu em meio a grande crise internacional do capitalismo neoliberal. Mas o Brasil manteve-se ativo e propositivo em suas resoluções internas e na participação em fóruns que buscam estratégias para combater a instabilidade econômica, social e política mundial. Neste sentido, a integração latino-americana, especialmente da América do Sul, cumpre um papel estratégico.

Nessa esteira, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff têm como desafios manter a agenda inclusiva e ampliar as conquistas das/os trabalhadoras/es, por meio das políticas públicas e também criando condições para mudanças estruturais (como as reformas política, dos meios de comunicação, agrária, tributária, sindical e combate a corrupção), articuladas ao aprofundamento da democracia para construção de uma nova sociedade.

Além do desafio do intercruzamento entre o desenvolvimento econômico e social (no meio urbano e rural), faz-se necessário o aprimoramento da promoção de direitos voltados às mulheres, aos negros, aos povos indígenas, aos idosos, as pessoas com deficiência, aos homossexuais. Devem ser priorizadas as questões ambientais, que estarão pautadas na Conferência Mundial do Meio Ambiente - Rio +20, em 2012. E, também as questões referentes à juventude, grupo cada vez mais crescente e de maneira geral socialmente vulnerável, como é o caso da juventude negra, o que demanda o desenvolvimento de ações urgentes em todas as áreas da vida política brasileira.

Por tudo isso, defender, apoiar e dar sustentação ao governo Dilma, e aos governos locais no campo democrático e popular, é tarefa fundamental do PT, em conjunto com os partidos aliados e setores combativos do movimento social.

Em 2012, a tarefa política mais ampla para o PT e demais setores políticos da sociedade são as eleições para as Prefeituras e as Câmaras Municipais. Pelo PT estão previstos cerca de 40 mil candidatas/os em âmbito nacional. Sem dúvida, os resultados desse pleito serão decisivos para a configuração de forças que disputarão as eleições federais em 2014, para a consolidação dos projetos populares visando à construção da hegemonia de esquerda local e nacional.

As desigualdades sociais

O papel da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - PT

Ao longo da história nacional, mulheres e homens militantes da luta antirracismo vinculados as mais diversas entidades e grupos, adotaram a estratégia de inter cruzamento das plataformas do Movimento Negro junto aos sindicatos, aos partidos políticos e demais instituições públicas e privadas, a partir da compreensão de que essa luta deve ser liderada pelos negros, envolvendo setores políticos nacionais e internacionais.

Essa estratégia resulta em inúmeros desafios, mas prioritariamente coloca-se a importância de ao mesmo tempo garantir a autonomia do movimento negro e imprimir conquistas e representações das/dos negras/os nas instâncias de comando, no Parlamento, nos executivos e nos vários níveis de poder.

É com essa compreensão que tem se dado a organização das mulheres e homens negros no interior do PT, desde sua criação. Até o momento foram realizados quatro (esse é o número correto?) Encontros Nacionais de Negras e Negros Petistas, destacando-se em 1995 a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), e como consequência das Estaduais (SECR) e Municipais (SMCR).

A partir dessas referências chegamos a esse momento eleitoral dos Setoriais do PT, em que pesem as enormes dificuldades, avançamos de maneira significativa, as instâncias de combate ao racismo certamente representam a consolidação do sucesso da nossa ação. Foi intenso o investimento e negociação da militância negra em âmbito nacional: o processo de criação das políticas públicas, destacando-se a SEPIR e Fundação Cultural Palmares, e alguns programas – o Brasil Quilombola, o PROUNI, o Trabalho Doméstico Cidadão; a aprovação da lei 10.639 e do Estatuto da Igualdade Racial; a formalização do vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra; o projeto de lei visando à garantia de 50% das vagas das universidades públicas para os pobres, os negros e os indígenas.

Esses são exemplos de avanços nas estruturas de governo e na legislação, mas na atual conjuntura, como violenta reação da direita racista essas estruturas e políticas correm riscos.

Isso coloca a necessidade de intensificação de nossas ações. Para tanto, a SNCR em conjunto com demais instâncias partidárias, deverá dar continuidade a sua ação considerando os seguintes eixos:

- Promover atividades de formação política envolvendo as SECR e SMCR e intensificar formulações em conjunto com as bancadas de parlamentares (e instâncias das/os parlamentares negros como Frentes e Núcleos de Combate ao Racismo), com a Fundação Perseu Abramo, e outras instituições parceiras; *JOZINA DA SOUZA*
- Encaminhar e monitorar denúncias de racismo junto aos órgãos de segurança pública, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. Em especial deverá monitorar e negociar matérias referentes às políticas de quilombos e as ações afirmativas que atualmente tramitam no Supremo Tribunal Federal;
- Contribuir como processo das eleições municipais em 2012 mapeando lideranças políticas negras e aliadas a causa racial, visando envolvê-las em

PASIN

comparando em relação a negro e jovem

- processos de formação política, negociar apoios políticos e financeiros as candidaturas, incentivar participação de mulheres e jovens negros;
- Contribuir no desenvolvimento de estratégias de sustentação política de nossos governos visando à garantia de respostas às demandas da população negra representadas pelo Movimento Negro, porém respeitando autonomia e processos de negociações a partir da relação entre Partido-Estado-Sociedade;
- Pautar a importância da ampliação e intensificação das políticas de igualdade racial junto aos diversos ministérios, a partir da lógica da transversalidade, como por exemplo: negociar a decretação do *vinte de novembro* como feriado nacional, a aceleração da titulação das terras e demais políticas públicas para comunidades quilombolas; a implementação nos Estados da Lei 10.639, a atenção à realidade da juventude e as mulheres negras; o combate à intolerância religiosa, a regulamentação e o aprimoramento do Estatuto da Igualdade Racial entre outras. Tratamento similar deve ser dado aos Estados e Municípios;
- Manter relações sistemáticas com o movimento negro e de mulheres negras, considerando sua diversidade ideológica e organizativa, garantido sempre que possível à realização de agendas conjuntas;
- Manter diálogo permanente com profissionais e intelectuais negros e aliados que desenvolvem estudos na área racial e afins, de maneira que a produção acadêmica e ações práticas, possam ser apropriadas coletivamente. *para melhorar fundamentar e se desenvolver*
- Estimular a promoção de estratégias de ações voltadas ao Continente Africano e América Latina e Caribe no que diz respeito aos aspectos econômico, político e cultural, como por exemplo à organização de intercâmbios de filiados, eventos, produção e conhecimento entre outros.

políticas públicas
de políticas de combate ao racismo

Quem é Matilde Ribeiro, nossa candidata a SNCR

Uma profissional da área social graduada em Serviço Social (1983), mestre em Psicologia Social (1999) e doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade São Paulo (USP, 2000).

Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003/08) e Assessora dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André (1977/2001). Integrou diversas equipes profissionais - no INCA/Instituto Cajamar (1995/97); na SOF/Sempreviva Organização Feminista (1987/95); e como coordenadora de creche nas prefeituras de Osasco e de São Paulo (1984/87).

É militante do PT desde 1984 integrando inicialmente o Núcleo de Assistentes Sociais Petistas e coletivos voltados às políticas de mulheres e racial. Entre 1995/97 integrou o Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/PT) e posteriormente entre 2001/2, foi indicada para integrar a Coordenação do Programa de Governo do candidato a Presidência da República - Luiz Inácio Lula da Silva, com a responsabilidade de coordenar a elaboração do Programa "Brasil sem Racismo" e do relatório sobre as políticas de igualdade racial no Governo de Transição.

Iniciou em 1985 a militância no Movimento Feminista e em 1988 no Movimento Negro e de Mulheres Negras. Participou da Soweto Organização Negra (1991/94) e contribuiu na organização e realização de diversas ações locais e nacionais.

Em 2001 integrou o Programa de Intercâmbio "Women in Political Leadership" nos Estados Unidos; representou a Prefeitura de Santo André na Rede de Mulheres Mercocidades/Mercosul e no projeto Gerenciamento Participativo para Área de Mananciais (parceria com a University British Columbia/UBC – Vancouver/Canadá).

No momento desenvolve projetos de consultoria junto a algumas instituições – Central Única dos Trabalhadores, Instituto Observatório Social, Fundação Friedrich Ebert e Fundação Perseu Abramo. Atuou como consultora junto ao Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e as Comissões de Mulheres e Negros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC, em São Bernardo do Campo).

Como professora de graduação atualmente leciona na Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) e em 2001 integrou o Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/Unifmu na Faculdade de Serviço Social.

Possui vários trabalhos políticos/acadêmicos publicados. Na Revista Estudos Feministas (REF) organizou o "Dossiê Mulheres Negras" (1995, REF/PPCIS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ) e o Dossiê "120 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Um processo ainda inacabado" (2008, REF/UFSC – Florianópolis/SC). Junto a Fundação Friedrich Ebert elaborou o texto – "As políticas de igualdade racial no Brasil" (2009, FES – São Paulo/SP) e junto a Fundação Perseu Abramo em 2010 organizou o livro – "Direitos humanos como direito de todos, sem exceção" (2010, FPA – São Paulo/SP) como parte da coleção "2003-2010 – O Brasil em transformação". Nesse momento coordena elaboração de livro sobre as políticas de igualdade racial, desenvolvido em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Perseu Abramo (FPA), Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/PT) com o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Como ministra da Seppir presidiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2004-2008), a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005) e a Conferência Latino Americana de seguimento da Declaração e Plano de Ação de Durban (2006). Teve a oportunidade de contribuir para a elaboração da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (pondo em prática as propostas do Programa Brasil sem Racismo), do Programa Brasil Quilombola e do investimento na política internacional conhecendo e dialogando com 21 países Africanos; e, representou o Governo Brasileiro em diversos fóruns internacionais.

Porque investimos nesse projeto de candidatura a SNCR

Como descritos anteriormente, os desafios que se avizinham não são pequenos, por isso para o próximo período de atuação da SNCR, apostamos e acreditamos no potencial, responsabilidade e capacidade de articulação e formulação de Matilde Ribeiro, que integra a tendência interna Construindo um Novo Brasil (CNB). A atual agenda política demanda intervenção ampla – capaz de dialogar com os mais diversos segmentos, e promover as alianças para garantia das políticas públicas, ampliação de representatividade e incidência na agenda política global.

